

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
PRÓ-REITORIA DE ENSINO MÉDIO, TÉCNICO E EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA
CURSO DE PEDAGOGIA – PARFOR/CAPES/UEPB**

LUCIENE CARREIRO DE ARAÚJO

A IMPORTÂNCIA DA MÚSICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

**CATOLÉ DO ROCHA – PB
2014**

LUCIENE CARREIRO DE ARAÚJO

A IMPORTÂNCIA DA MÚSICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Estadual da Paraíba como requisito parcial para obtenção do título de Licenciatura Plena em Pedagogia.

Orientadora: Prof^a Ma. Maria Fernandes de Andrade Praxedes

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

A658i Araújo, Luciene Carreiro de.
A importância da música na educação infantil [manuscrito] : /
Luciene Carreiro de Araújo. - 2014.
42 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia
EAD) - Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de
Ensino Médio, Técnico e Educação à Distância, 2014.

"Orientação: Profa. Ma. Maria Fernandes de Andrade
Praxedes, Secretária de Educação à Distância".

1. Gestão Escolar. 2. Ensino Fundamental. 3. Educação
Infantil. 4. Música. I. Título.

21. ed. CDD 372.87

LUCIENE CARREIRO DE ARAÚJO

A IMPORTÂNCIA DA MÚSICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado a Universidade Estadual da
Paraíba como requisito para obtenção do
título de Licenciatura Plena em Pedagogia.

Data da avaliação: 25/07/2014

Nota: 9,0

BANCA EXAMINADORA

Maria Fernandes de Andrade Praxedes

Orientadora: Prof^a Ma. Maria Fernandes de Andrade Praxedes
UEPB/CAMPUS IV

Francineide Pereira Silva

Examinadora: Prof^a Ma. Francineide Pereira Silva
UEPB/CAMPUS IV

DEDICATÓRIA

A Deus, por todos os dias renovar as suas misericórdias sobre minha vida, aos filhos Daniel e Keila e esposo Manoel pelo apoio e compreensão ao longo do curso.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pelas ricas bênçãos que derrama todos os dias sobre mim e por ter me presenteado com mais esta vitória.

Aos filhos Daniel e Keila e esposo Manoel e demais familiares, pelo apoio, paciência e incentivo ao longo do curso.

À Pró-reitora de Ensino Médio, Técnico e Educação à Distância, pela oferta do Curso.

À coordenadora geral do PARFOR Adalgisa Rasia, pela atenção dispensada durante o curso.

À coordenadora do PARFOR, Polo de Catolé do Rocha, Benedita Ferreira Arnaud, pelo acompanhamento e orientações.

À professora Maria Fernandes de Andrade Praxedes, pela orientação, cordialidade e pela dedicação ao longo da realização deste trabalho.

A todos os professores que contribuíram com a nossa formação acadêmica.

Aos colegas, pela amizade e companheirismo.

Uma criança que domina o mundo que a cerca é a criança que se esforça para agir neste mundo. Para tanto, utiliza, objetos substitutos aos quais confere significados diferentes daqueles que normalmente possuem. O brincar simbólico, o pensamento, está separado dos objetos e ação surge das ideias e não das coisas.

Vygotsky (1998)

RESUMO

O presente trabalho se constitui em uma pesquisa bibliográfica, bem como em um estudo de campo dadas às apresentações e discussões em torno das observações e intervenções durante os Estágios Supervisionados I, II e III, do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia/CAPES/PARFOR, e tem como objetivo refletir acerca dos modelos de gestão escolar, dos processos e procedimentos do Ensino Fundamental e da Educação Infantil, com ênfase para a importância da inserção da música no cotidiano dos primeiros anos de escolaridade da criança. Com embasamento teórico nos apropriamos de reflexões empreendidas pelo RCNEI (1998), Gadotti (2000), Hillal (1985), Rodrigues (1976), entre outros, que conceituam e apontam caminhos para uma gestão democrática, um ensino dinâmico e significativo para a criança. Além disso, destacam a necessidade de inserir o lúdico nas atividades diárias da criança. Espera-se, portanto, que este trabalho possa ampliar cada vez o debate em torno das questões supracitadas, a fim de que se tenham de fato uma gestão escolar descentralizadora e democrática, e um ensino de qualidade no nível fundamental, bem como na educação infantil, pois consideramos uma fase de suma importância para o desenvolvimento motor e cognitivo da criança.

PALAVRAS-CHAVE: Gestão Escolar. Ensino Fundamental. Educação Infantil. Música.

ABSTRACT

The present work constitutes a literature search, as well as a field study given to presentations and discussions on the observations and interventions during the Supervised Internship I, II and III of the Degree Course in Pedagogy Plena / CAPES / PARFOR, and aims to reflect on the models of school management, the processes and procedures of Elementary Education and early Childhood Education, with emphasis on the importance of the inclusion of music in everyday life in the early years of schooling of the child. With theoretical foundation in appropriated reflections undertaken by RCNEI (1998), Gadotti (2000), Hillal (1985), Rodrigues (1976), among others, that conceptualize and indicate avenues for democratic management, a dynamic teaching and meaningful to the child . Furthermore, we highlight the need to enter the play in the daily activities of the child. Therefore, it is expected that this work will increasingly expand the debate on the above issues, to which have indeed a decentralized and democratic school management, and quality education in elementary level as well as in early childhood education therefore consider a phase of utmost importance for the motor and cognitive development.

KEYWORDS: School Management. Elementary Education. Early Childhood Education. Music.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
CAPÍTULO I - REFLEXÃO TEÓRICO/PRÁTICAS ARTICULADAS AOS ESTÁGIOS SUPERVISIONADOS	11
1.1 A Gestão escolar na escola pública	12
1.2. A escola e o aluno da educação infantil	16
1.3. A escola e o aluno da educação fundamental I	19
CAPÍTULO II – UM OLHAR ESPECÍFICO PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL	27
2.1 Um resgate histórico	27
2.2 A educação infantil à luz da legislação	30
CAPÍTULO III - A IMPORTÂNCIADA MÚSICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL	33
CONSIDERAÇÕES FINAIS	39
REFERÊNCIAS	42

INTRODUÇÃO

O lúdico atualmente tem contribuído imensamente na construção do conhecimento das crianças, pois sabemos que quando se ensina utilizando estratégias que motiva e desperta a curiosidade, a criança se entusiasma e a aprendizagem acontece de forma dinâmica e satisfatória.

Nesse contexto, pode-se dizer que o lúdico é uma ferramenta pedagógica que os professores devem utilizar em suas aulas para que as crianças desenvolvam suas aprendizagens de forma prazerosa e mais significativa, embora se perceba que a maioria dos professores não utiliza este recurso em sala de aula, prefere aquelas aulas tradicionais e sem dinamismo.

Nessa perspectiva a intervenção pedagógica, ou seja, os dois primeiros estágios supervisionados que aconteceram na Escola Municipal Celso Mariz, em Catolé do Rocha foi possível constatar essa realidade. Contudo, a referida escola procura na medida do possível desenvolver um trabalho pautado em uma gestão democrática e participativa, pois sabemos que é através desse modelo de gestão que a escola caminha e desenvolve com sucessos outras ações, sobretudo no que concerne às ações pedagógicas.

O segundo momento de observação e intervenção se deu na educação infantil, o qual proporcionou um contato mais efetivo com as práticas pedagógicas inseridas nessa fase escolar da criança. Momento em que foi possível atenta para as rodas de conversas, à confiança, à afetividade, e à interação do ambiente de ensino. E, em função disso, sentimos a necessidade de ampliar a aprendizagem da criança, atentando para a inserção da música como forma de despertar o prazer pelo aprender. Para isto, foi trabalhado o Projeto Interdisciplinar “Aprendendo com a música”.

Este trabalho monográfico está estruturado em três capítulos. No primeiro, apresentamos algumas Reflexões teórico/práticas articuladas aos estágios supervisionados, no qual destacamos os três estágios realizados, sendo o primeiro no âmbito da Gestão escolar na escola pública, o segundo na educação infantil o, e o terceiro no ensino fundamental.

No segundo capítulo foi abordado à temática, um olhar específico para a educação infantil, no qual é feito um resgate histórico sobre o tratamento dispensado

a criança no decorrer do tempo e como era vista a criança antes até o surgimento das creches.

Por fim, no terceiro capítulo abordamos a importância da música na Educação Infantil como subsidio necessário para desenvolver habilidades e capacidades da criança, pois estamos cientes, como educadores, que a música se apresenta como um valioso suporte para o trabalho em sala de aula possibilitando que a criança desenvolva o máximo suas potencialidades quando trabalhada de forma correta.

CAPÍTULO I - REFLEXÃO TEÓRICO/PRÁTICAS ARTICULADAS AOS ESTÁGIOS SUPERVISIONADOS

É comum ouvir queixas de alguns professores, gestores e alunos em relação às dificuldades em lidar com as reais situações das práticas de gerenciamento e práticas educativas. Muitos defendem a ideia de que a teoria não se aplica à realidade, isto é, à prática. Esse discurso, muitas vezes, acaba caindo no vazio, visto que não se pode pensar a teoria dissociada da prática e vice-versa. A questão, ao que parece, passa pela dificuldade que o professor ou qualquer outro sujeito que se apropria das teorias, de redimensionar as orientações teóricas a sua vivência e experiências práticas do dia a dia na sala de aula, ou em outro ambiente de trabalho.

O estágio supervisionado, como ferramenta que proporciona um contato direto com as experiências no ambiente escolar, visa colocar o aluno estagiário frente a frente com os novos desafios da profissão que deseja exercer. Não se pode pensar, contudo, que há receitas para esse enfrentamento, visto que nada é estático e determinante, as atividades diárias exigem mudanças de paradigmas conforme as mudanças da sociedade.

No que tange a educação escolar, a sociedade atual exige mais do que nunca essas mudanças dos modelos pré-estabelecidos em outrora. Não se pode pensar uma modelo de educação escolar de 20, 30 anos há atrás. A sociedade mudou, os costumes são outros, as culturas passaram por transformações e os anseios do cidadão contemporâneo são outros. E, nesse sentido, a escola precisa estar aberta a essas novas exigências.

Sendo assim, é preciso conhecer o funcionamento do ambiente de trabalho, perceber os avanços e o que ainda pode ser melhorado. Em função disso, o estágio supervisionado do curso de Licenciatura Plena em Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba, orientou e direcionou o aluno/professor/estagiário a conhecer o funcionamento de escolas públicas, desde sua gestão escolar ao desenvolvimento das atividades didático-pedagógicas nas modalidades da educação infantil e ensino fundamental, cujas observações e intervenções serão expostas ao longo deste capítulo.

1.1 A Gestão escolar na escola pública

A gestão escolar é essencial na construção do processo de ensino e aprendizagem, na inserção do indivíduo no ambiente escolar, por isto é necessário uma gestão escolar democrática onde todos os envolvidos participe ativamente na tomada de decisões, articulando ações para o desenvolvimento das habilidades e competências que a vida social exige dele.

Nesse contexto podemos tomar por base a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira) que afirma:

Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;
- IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;
- V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- VII - valorização do profissional da educação escolar;
- VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;
- IX - garantia de padrão de qualidade;
- X - valorização da experiência extra-escolar;
- XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.
- XII - consideração com a diversidade étnico-racial. (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013).

Pode-se afirmar que a escola pública precisa estar imbuída de uma prática expressivamente democrática, num processo de inclusão social aos sujeitos que nela estão inseridas, possibilitando, assim, oportunidade de expressão de pensamentos e aprendizado significativo. Para isto, a gestão escolar precisa oportunizar a toda comunidade educacional o conhecimento do funcionamento da escola, e isso necessariamente deve ser feito com responsabilidade e transparência, a fim de que a comunidade acadêmica participe democraticamente, de forma direta ou indiretamente, da gestão escolar.

Refletindo sobre esse aspecto, Gadotti (2000, p. 36) afirma que:

A participação na gestão da escola proporcionará um melhor conhecimento do funcionamento da escola e de todos os seus atores; proporcionará um contato permanente entre professores e alunos, o que leva ao conhecimento mútuo e, em consequência aproximará também as necessidades dos alunos dos conteúdos ensinados pelos professores.

O pensamento do referido autor está em consonância com o nosso entendimento, pois a gestão escolar é compreendida como um espaço social onde todos participam, interagindo, compartilhando ideias e desta forma defendendo uma escola pública de qualidade para todos.

Foi pensando nisso, que o estágio supervisionado em gestão escolar propiciou um olhar sobre a gestão da Escola Municipal Celso Mariz. Do ponto de vista da caracterização e contextualização da escola campo de estágio, apresentamos as informações que consideramos pertinentes para compreender, posteriormente, todo o seu funcionamento.

A Escola Municipal Celso Mariz está localizada na Avenida Senador Rui Carneiro, 293, Bairro São José- Catolé do Rocha-PB. A referida escola possui uma área de 58,65 m de comprimento por 39,60 de largura. É registrada no CNPJ nº de CGC de 03.156.1180001-00, e foi fundada em 1976, tem sede e foro da cidade de Catolé do Rocha-PB, a mesma foi criada pelo Poder Executivo através do decreto e subordina-se a Secretaria Municipal de Educação. Tem por finalidade manter a educação Infantil, Ensino Fundamental de 1º ao 5º ano e EJA (Educação de Jovens e Adultos). Ela compete ao Órgão Municipal de educação, cuja regulamentação junto ao Conselho Estadual de Educação, permite o funcionamento e o reconhecimento das Unidades de Ensino Municipal.

Esta escola conta com um quadro de 19 professores distribuídos em séries. Os professores, diretora, supervisora e demais funcionários desta unidade de ensino trabalham de acordo com o PPP (Plano Político Pedagógico). Oito professores da referida instituição de ensino, oito possuem graduação com especialização e os demais estão cursando Pedagogia. Todos os profissionais são comprometidos com seus deveres, respeitando e educando seus alunos.

O Conselho Escolar é formado pela diretora, professores, alunos e representantes de pais de alunos. A função deste Conselho é acompanhar, fiscalizar e administrar os recursos que chegam à escola como PDE e PDDE, através de

reuniões, onde discutem as necessidades dando prioridade o que forem mais necessários, nessas reuniões eles fazem os repasses e as prestações de contas.

Na escola também é realizado um planejamento bimestral, no qual todos os envolvidos na prática pedagógica participam ativamente na elaboração do plano de curso, bem como do planejamento semanal para as atividades diárias, visando um processo de ensino e aprendizagem satisfatório.

A referida escola desenvolve programas e projetos especiais, visando à interação da comunidade escolar e local nas atividades propostas durante o ano letivo, desta forma tem um processo de ensino e aprendizagem voltado para as necessidades dos alunos e de toda comunidade escolar.

Vejamos os principais programas e projetos que são desenvolvidos:

- **PDDE** (Programa Dinheiro Direto na Escola). Este programa consiste na assistência financeira às escolas públicas da educação básica das redes estaduais, municipais e do Distrito Federal e às escolas privadas de educação especiais mantidas por entidades sem fins lucrativos.
- **PDE** (Plano de Desenvolvimento da Educação). Esse plano visa à melhoria do ensino público no país, um dos elementos que constam no PDE é o índice de desenvolvimento escolar, um índice que possui uma escala que vai de 0 a 10 e avalia o rendimento escolar dos alunos.
- **PROINFO** (Participação de Funcionários da Educação) realização do “Curso Mídia da Escola”, (curso para manusear computadores do programa LINUX).

A escola desenvolve o Programa Ciralendo, criado pela Secretaria Municipal de Educação, cujo objetivo é despertar o gosto e o prazer pela leitura, além de desenvolver a escrita dos alunos. Dentro desse programa há inúmeras atividades permanentes, como o projeto “Livro de Mão em mão: Literatura Fonte de Inspiração”, que é realizado anualmente em Praça Pública. É um interessante trabalho onde todas as Escolas Municipais participam de forma dinâmica e interativa. Vale salientar que o referido programa tem uma parceria com a Visão Mundial uma ONG que também desenvolve nas escolas um trabalho com várias atividades como: baú de leitura, música, dança, capoeira, teatro e futebol que tem aguçado o interesse de crianças, jovens e adolescentes pela leitura e escrita.

Outro projeto que também faz parte do Programa *Ciralendo* é a “A mostra Literária”, que acontece nas escolas com a participação de toda comunidade escolar

da rede municipal de ensino, uma espécie de intercâmbio entre as escolas, isto é, as escolas visitam umas às outras, as exposições dos trabalhos que foram realizados com alunos durante os três primeiros bimestres, além de atividades de leitura, escrita, dança, música, teatro, sarau, etc. A secretaria também desenvolve o “Projeto Monitoria na Escola” com contação de histórias, que funciona de seguinte forma: 10 alunos do 4º e 5º ano desenvolvem atividades de leitura e escrita no 1º, 2º e 3º ano, contando dramatizando histórias para as crianças, entre outras atividades.

A escola realiza anualmente a festa do São João, com comidas típicas, quadrilhas, leilão, entre outras atrações. Esse evento tem uma realização no mês de Junho quando se faz a culminância das atividades trabalhadas em sala de aula, enfocando a cultura nordestina, através de atividades interdisciplinares.

O folclore se constitui pelos costumes e tradições populares transmitidos de geração em geração. Todos os povos possuem suas tradições, crenças, lendas, contos, provérbios, canções, danças, artesanato, jogos, religiosidade, brincadeiras infantis, mitos, idiomas e dialetos característicos, adivinhações, festas e outras atividades culturais que nasceram e se desenvolveram com o povo.

Nesse sentido, a escola campo de estágio comemora o folclore no mês de Agosto quando são trabalhadas em sala de aula atividades diversificadas, como: lendas, adivinhas, provérbios, trava-língua, comidas típicas e remédios caseiros.

A escola tem uma administração coletiva, onde existe a participação de toda a comunidade escolar nas decisões do processo educativo, desenvolvendo assim, a democratização das relações que existem na mesma, facilitando bastante o desempenho administrativo pedagógico da instituição. A gestora, por sua vez, está ciente do seu papel administrativo, o qual tem uma dimensão política, com ação participativa, sendo assim comprometida com a educação e com o bom andamento da nossa escola.

A gestão escolar precisa ser compreendida com elemento fundamental de participação para o exercício da cidadania no campo educacional, visto que deve estar ligada a um processo descentralizador e democrático. De acordo com Libâneo (2003, p. 335), “o diretor coordena, mobiliza, motiva, lidera, delega aos membros da equipe escolar, conforme suas atribuições específicas, as responsabilidades decorrentes das decisões, acompanha o desenvolvimento das ações, presta conta e submete à avaliação da equipe”. Agindo desta forma, a gestão escolar desempenha

vários papéis dentro da escola, articulando-se com todos os setores e sujeitos envolvidos nos processos administrativos e pedagógicos.

1.2 A escola e o aluno da Educação Infantil

O trabalho com a educação infantil envolve as capacidades afetivas, emocionais e cognitivas, tendo em vista a aproximação que a criança tem com o outro. Desta forma, a criança aprende por meio dos vínculos que estabelecem através das imitações, brincadeiras, linguagem e o espaço. Esses vínculos são efetivados quando a escola favorece um ambiente onde o aprender se configura no aprender brincando, fantasiando, criando e fazendo novas descobertas. Para isto, é necessário um ambiente no qual o professor tenha a sensibilidade com o mundo da inventividade da criança, que compreenda que durante essa fase escolar a criança precisa estar inserida num processo de afetividade, a fim de que possa desenvolver com segurança os saberes necessários à sua vida.

Refletindo sobre a importância da afetividade no processo de aprendizagem, Hillal (1985, p. 18), destaca que:

A afetividade é o suporte da inteligência, da vontade, da atividade, enfim, da personalidade. Nenhuma aprendizagem se realiza sem que ela tome parte. Muitos alunos há cuja inteligência foi bloqueada por motivos afetivos; outros há cuja afetividade não resolveu determinados problemas, apresentando falha no comportamento. A afetividade constitui a base de todas as reações da pessoa diante da vida de todos os seus acontecimentos, promovendo todas as atividades.

Sendo assim, ao chegar à escola a criança necessita de carinho, atenção, tornando-se mais evidente o papel da cordialidade na relação professor-aluno, pois, a escola é a primeira inserção da criança no meio educacional.

A Escola Celso Mariz, campo de estágio, atende ao ensino de Educação Infantil I e II, ao Ensino Fundamental do 1º ao 5º ano e à Educação de Jovens e Adultos (EJA). A Educação Infantil trabalha com a faixa etária de quatro a cinco anos de idade e o Ensino Fundamental I, 1º ano de seis anos, 2º ano de sete anos, 3º ano de oito anos e 5º ano de 9º anos, ressaltando que o número de alunos fora da faixa etária é muito reduzido.

A Escola oferece um método de ensino que procura desenvolver um trabalho no sentido de contribuir para o bem-estar de seus educandos, tanto na parte sócio afetiva, cognitiva e psicomotora, como também visa garantir o acesso e a permanência do seu alunado na escola, procurando formar cidadãos críticos, conscientes e participativos.

A turma observada foi a Educação Infantil II, turma que pertence a Escola Celso Mariz, mas funciona na Escola Sergina Laura. A turma possui onze (11) alunos, seis (06) meninos e cinco (05) meninas, turno tarde. (Conforme a Apêndice A). Foi observado que a realidade dessa escola não diferencia das demais. Sente-se a necessidade de um local adequado para as crianças brincarem, falta material didático, falta de assistência por parte dos pais e o que mais chamou atenção foi a prática do lúdico, que não é vivenciado, pois segundo Piaget(1989), a maneira de a criança assimilar, transformar o meio para que esta se adapte as suas necessidades e de acomodar (mudar a si mesmo para adaptar-se ao meio) deverá ser sempre através do lúdico.

Nesse contexto foi realizada uma entrevista com um dos profissionais que trabalha com a educação infantil e foram feitos alguns questionamentos, conforme descrição abaixo:

- Formação: Magistério
- Tempo de experiência no magistério: 25 anos
- Tempo de experiência na Educação Infantil: 25 anos

a) Descreva sobre as dificuldades que você enfrenta como professor(a) de educação infantil.

R. Distância, falta de material e dificuldade de trabalhar com a criança que necessita de educação especial, por falta de um profissional capacitado nesta área.

b) Descreva sobre as possibilidades que a Educação Infantil oferece para o desenvolvimento do aluno?

R. A criança tem o primeiro contato com o mundo além de sua família aprendendo habilidades, competências como respeitar o professor e a socialização com os

colegas. Na escola começa a estimulação e a coordenação motora e suas primeiras letrinhas e leitura.

Quanto aos dados coletados através da entrevista realizada com a professora da educação infantil, tendo por base as respectivas respostas às perguntas realizadas a mesma, pode se inferir que a professora reforça a tese de desenvolvimento de adaptação da criança ao mundo. Sobre esse aspecto, Rodrigues (1976, p. 90) lembra que:

Toda criança, ao nascer, inicia a fascinante aventura de adaptar-se ao mundo equipada apenas da sua frágil organização herdada. Seus poderes naturais são formidáveis, e aos poucos, ela transforma, ajusta, aumenta, alarga e enriquece a sua organização somática inicial. Gradualmente, torna-se mais acostumada a sugar, a alcançar, a agarrar e a identificar visualmente e a seguir objetos: este é o início do seu processo de adaptação ao mundo.

Nesse sentido, percebe-se que professora abordou possibilidades importantes que a educação infantil oferece à criança, e a escola com seus métodos vem justamente ao encontro desse desenvolvimento, auxiliando naquilo que é oferecido às crianças. E, em relação às dificuldades, foi bem colocado o eixo temático da necessidade especial de alguns alunos, assim como também a ausência de materiais e profissionais capacitados para lidar com essas crianças. Um dos caminhos para lidar com esse tipo de situação é estabelecer um paralelo com o desenvolvimento da criança normal, para que, dessa forma, possa o educador sair do campo da análise para o campo da ação, na busca efetiva do resgate de situações, de vivências, de experiências que promovam a construção desse sujeito, com objetivo de oferecer-lhe oportunidades iguais para o desenvolvimento de toda sua potencialidade. Assim, haverá igualdade entre as crianças, que serão educadas a aceitar as diferenças, sejam elas de cor, raça ou deficiência física.

A prática de intervenção é uma etapa de fundamental importância no estágio, pois as atividades desenvolvidas neste período contribuem de forma sistemática tanto para o professor como para os alunos. Não é suficiente que os professores sejam responsáveis e comprometidos, é necessário que os mesmos estejam em constante busca, a fim de aperfeiçoarem seus conhecimentos e buscar a inovação da sua prática pedagógica.

As intervenções são os momentos em que o professor se auto avalia, refletindo sua prática de ensino e também o “replanejamento” de suas ações pedagógicas, a fim de propiciar aos alunos novos subsídios para que haja uma boa aprendizagem.

Foi mediante essa visão que preparei minhas intervenções contemplando o gênero textual “música”, por compreender que através desse esse gênero a aprendizagem ocorre de forma prazerosa, visto que a criança passa a ter uma visão de mundo por meio das cantigas e brincadeiras, tornando assim, o ensino e aprendizagem mais significativos.

O trabalho foi realizado de forma interdisciplinar, e assim as crianças demonstraram interesse nas aulas, participando ativamente e, portanto alcancei os meus objetivos de desenvolver momentos de interação através da música e desta maneira as crianças alcançaram um processo de ensino e aprendizagem satisfatório.

A intervenção na educação Infantil proporcionou uma nova vivência no âmbito educacional na educação infantil. Mesmo já lecionando há muitos anos neste segmento, o estágio proporcionou um olhar diferenciado de quem está em outra posição, a de estagiário, visto que pude observar como se efetiva a rotina da escola e a partir disto tive novas ideias e isto promoveu momentos de reflexão como também de ação, na perspectiva de procurar articular o conhecimento teórico adquirido ao longo do curso de pedagogia com as práticas pedagógicas diárias.

Assim, posso inferir que a experiências foi ímpar, pois trabalhar com as crianças que estão iniciando sua vida de escolarização é algo gratificante para o professor que pensa e faz uma educação cada vez melhor para esse público infantil. Nesse ínterim, a troca de experiências entre professor e as crianças é essencial para o aprendizado, principalmente quando se trabalha com atividades diversificadas que encanta tanto o mundo de magia e fantasia da criança.

1.3 A escola e o aluno do Ensino Fundamental

Sabe-se que o ensino vem evoluindo cada vez mais no sentido de melhorar o acesso e permanência da criança na escola. Dessa forma, a mudança educacional estabelecida pela Lei Federal 11.274, de fevereiro de 2006, torna-se obrigatória a matrícula das crianças a partir dos seis anos de idade no ensino fundamental.

De acordo com a LDB (Lei 9394/96) o ensino fundamental pode ser organizado em séries anuais, semestres, ciclos, alternância regular de período de estudos e ainda oportunizar outras formas de organização, desde que a prioridade seja a aprendizagem do aluno. Em conformidade com o:

Art. 23. A educação básica poderá organizar-se em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar.

De acordo com o artigo 24 as regras para o Ensino fundamental são:

I. carga horária mínima anual de 800 horas distribuídas por um mínimo de 200 dias de efetivo trabalho escolar.

II. Matrícula (classificação) por promoção, transferência ou independente de escolarização anterior.

III. Possibilidade de progressão parcial para os que adotam progressão regular por série.

IV. Classes com alunos de séries distintas.

V. Verificação de rendimento escolar com observância de:

- a. avaliação contínua e cumulativa dos desempenhos do aluno, com prevalência aspectos qualitativos sobre os quantitativos e resultados ao longo do período, sobre os de eventuais provas finais;
- b. Possibilidade de aceleração de estudos;
- c. Possibilidade de avanço nas séries, segundo o aproveitamento;
- d. Aproveitamento de estudos realizados com êxito;
- e. Obrigatoriedade de estudos de recuperação

Neste sentido, a Resolução N.º 7, de 14 de dezembro de 2010, o Ministério da Educação estabelece as diretrizes curriculares para efetivar as políticas introdutórias do ensino de nove anos propostas no ano de 2004

Art. 2º: As Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos articulam-se com as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica (Parecer CNE/CEB nº 7/2010 e Resolução CNE/CEB nº 4/2010) e reúnem princípios, fundamentos e procedimentos definidos pelo Conselho Nacional de Educação, para orientar as políticas públicas educacionais e a elaboração, implementação e avaliação das orientações curriculares nacionais, das propostas curriculares dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, e dos projetos político-pedagógicos das escolas (BRASIL, 2010).

A Resolução N.º 7, de 14 de dezembro de 2010 CNE/CEB, ainda define, no que se refere à matrícula

Art. 8º O Ensino Fundamental, com duração de 9 (nove) anos, abrange a população na faixa etária dos 6 (seis) aos 14 (quatorze) anos de idade e se estende, também, a todos os que, na idade própria, não tiveram condições de frequentá-lo. § 1º É obrigatória a matrícula no Ensino Fundamental de crianças com 6 (seis) anos completos ou a completar até o dia 31 de março do ano em que ocorrer a matrícula, nos termos da Lei e das normas nacionais vigentes. § 2º As crianças que completarem 6 (seis) anos após essa data deverão ser matriculadas na Educação Infantil (Pré-Escola) (BRASIL, 2010).

Já no que se refere aos conteúdos, a resolução define

Art. 24: A necessária integração dos conhecimentos escolares no currículo favorece a sua contextualização e aproxima o processo educativo das experiências dos alunos. Parágrafo único. Como protagonistas das ações pedagógicas caberá aos docentes equilibrar a ênfase no reconhecimento e valorização da experiência do aluno e da cultura local que contribui para construir identidades afirmativas, e a necessidade de lhes fornecer instrumentos mais complexos de análise da realidade que possibilitem o acesso a níveis universais de explicação dos fenômenos, propiciando-lhes os meios para transitar entre a sua e outras realidades e culturas e participar de diferentes esferas da vida social, econômica e política (BRASIL, 2010, p. 07).

Diante do exposto, pode-se dizer que a legislação é muito bem elaborada no que se refere à legislação e normatização, entretanto, faz-se necessário que o professor tenha um conhecimento adequado para que desenvolva um bom ensino e conseqüentemente uma boa aprendizagem dos alunos em sala de aula.

Para conhecer a rotina das práticas efetivadas no ensino fundamental, fomos a lócus observar e passar pela experiência de ministrar aulas aos alunos do Ensino

Fundamental, desta vez, na Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Professora Catarina de Sousa Maia. Esta pertence à rede Municipal de Ensino, e trabalha exclusivamente com os níveis de Educação Infantil, Ensino Fundamental I e II, além da EJA- Educação de Jovens e Adultos. A escola localiza-se na região do sertão paraibano, no perímetro territorial do Município de Catolé do Rocha-PB. Mantida com recursos do PDDE, Merenda Escolar (MEC) e PDDE-PB.

A escola, em destaque, conta com 39 profissionais que atuam na Educação Infantil e Ensino Fundamental I (1° ao 5° ano), no Ensino Fundamental II (6° ao 9° ano) e na Educação de Jovens e Adultos, existindo professores que atuam no Ensino Fundamental II e EJA, atendendo a 631 alunos, em ambiente confortável e climatizado, favorecendo assim desenvolvimento das aulas.

Dentre os professores que atuam na Educação Infantil e Ensino Fundamental I, alguns possuem Cursos de Habilitação para o Magistério em Nível Médio (antigo curso normal) e a maioria possui Licenciatura Plena em Pedagogia e ainda Especializações. No que dizem respeito aos professores que atuam no Ensino Fundamental II, todos são Licenciados e em sua maioria Especialista.

Quanto aos demais profissionais, a escola conta com 13 servidores (apoio administrativo), onde alguns possuem o Ensino Médio completo e outros apenas o Ensino Fundamental. A maioria dos servidores da escola trabalha em um regime de 40hs semanais e outros (no caso dos professores) em jornada de trabalho diversificada, não excedente ao limite mínimo de 20 h/aulas semanais, 05hs de planejamento e atividades correlatas e 05 de atividades extraclasse. Outros interesses de ordem pessoal desses profissionais de educação que atuam na escola (Professora Catarina) são: música, literatura, dança e cinema.

Com isso, ressalta-se que a Escola Professora Catarina de Sousa Maia, realiza um trabalho pedagógico de excelência. Os planejamentos bimestrais e semanais são acompanhados por duas supervisoras capacitadas, que buscam encontrar soluções para possíveis dificuldades detectadas em salas de aula. Como também disponibiliza de diretora, vice-diretora, secretária, psicóloga, psicopedagoga, nutricionista, maestro, inspetora e vigilantes, todos engajados em fazer uma educação ampla e eficaz.

Na instância de participação a escola conta com o Projeto Político Pedagógico (PPP) e o Conselho Escolar. O Projeto Político Pedagógico (PPP) é

mais do que a necessidade de responder a uma solicitação formal. É a reflexão e a contínua expressão de nossas ideias sobre a educação, o currículo sobre a relação teórica e prática.

A organização pedagógica e elaboração com diretor, professores, conselho escolar e presidente da comunidade. O planejamento é feito semanal todas as terças- feira com a participação da diretora e dos professores. O trabalho é coletivo procurando as melhores formas de aprendizagem para os alunos.

A escola apresenta várias formas de avaliação, uma dessa é contínua e sistemática por meio da interpretação qualitativa do conhecimento constituído pelo aluno. Observando o processo de aprendizagem dos alunos através de registro, de tabelas, organização do material, produção de textos, etc. A escola trabalha de acordo com um dos critérios que acredita ser necessário - estabelecer expectativas de aprendizagem dos alunos em consequência do ensino que devem se expressar nos objetivos.

As práticas educativas como as que acontecem na família, no trabalho, na mídia, no lazer e nas demais formas do convívio social devem possibilitar aos alunos condições para desenvolver seus conhecimentos adquiridos diante da sociedade. Podemos afirmar que os conhecimentos gerados na história pessoal e educativa tem um papel determinante na expectativa que o aluno tem da escola, do professor e de si mesmo.

Quanto ao Conselho Escolar, tem por finalidade promover e apoiar atuação integrada dos setores técnicos, pedagógicos e administrativo que compõe a escola e debate as sugestões e decide o que comprar com os recursos que são destinados a escola, e informa a comunidade sobre os recursos recebidos, o que serão empregados e os seus valores.

A convocação para as reuniões é feita mediante correspondência pessoal aos membros do colegiado ou por Edital que deverá ser afixado em local visível na Escola, com antecedência mínima de três dias.

As reuniões são abertas e, em primeira convocação será constituída com a metade dos membros mais um dos membros, mencionada a convocação, meia hora depois, com qualquer número de membros, lavrando-se ata dos trabalhos realizados.

A referida escola desenvolve programas e projetos durante o ano letivo, almejando a formação de cidadãos ativos na sociedade, desta forma tem-se um processo de ensino e aprendizagem satisfatório.

Vejamos os principais projetos e programas que a referida escola desenvolve:

- PDDE (Programa Dinheiro Direto na Escola) - É um programa destinado a todas as unidades escolares, com o objetivo de provê-las com recursos financeiros, visando à melhoria das condições estruturais e pedagógicas, o fortalecimento da autogestão e da participação social, para elevar os índices de desempenho da educação básica. As escolas públicas com mais de 50 educandos devem possuir obrigatoriamente conselhos escolares (unidades executoras) para receber recursos diretamente do FNDE. Nas escolas com até 50 educandos, a criação de unidade executora é facultativa, havendo a possibilidade do repasse do recurso ser feito por meio de Entidade Executora- Secretaria de Educação do Estado.
- Projeto Orçamento Democrático Escolar (PODE) - A escola reuniu a comunidade escolar para apresentar o Orçamento Democrático Escolar, é um instrumento de gestão democrática da educação pública em que a comunidade escolar e local são convidadas a participar das decisões sobre a melhor forma de utilização dos recursos que são transferidas diretamente as escolas, por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola Estadual e Federal, a partir de assembléias, ou seja, e um mecanismo de participação, para que os diferentes atores sociais possam contribuir com os espaços de decisões e responsabilização das Unidades Escolares.

O método do Projeto Pedagógico vem de encontro às necessidades de inovação que os professores desejam para atuarem melhor no desenvolvimento de suas atividades práticas docentes em sala de aula.

A escola desenvolve o Projeto de incentivo à leitura através dos Contos Infantis - Biblioteca Móvel, proporcionando situações que estimulem o hábito da leitura, através de uma viagem de fantasia e imaginação levar a criança a admirar os Contos Infantis, ao deleite, à leitura e conseqüentemente formar bons leitores, buscando na relação fantasia e prática ferramentas para o desenvolvimento cognitivo. Despertar e incentivar na criança o prazer da leitura, promovendo um processo de autoconstrução do conhecimento. O espaço da própria sala de aula, organizado e

preparado para fazer com que as crianças viagem no mundo da fantasia com os contos infantis apresentados de formas diferenciadas e atividades diversificadas.

A referida escola desenvolve o “Projeto Aprendendo com as diferenças”, visando atender aos alunos com necessidade educativas especiais, e oportunizando, assim, um atendimento satisfatório e digno a essas crianças. De acordo com a Constituição Federal de 1988. O artigo 205 prevê o direito de todos à educação, e o artigo 208 prevê o atendimento educacional especializado, e a inclusão escolar, fundamentada na atenção à diversidade, exigindo mudanças estruturais nas escolas comuns os especiais. Nesse sentido, a escola defende um processo de inclusão de todos os sujeitos e procura atender as necessidades na medida do possível.

Sabemos que a arte favorece o processo de ensino e aprendizagem nos educandos, então temos o Projeto de Música, Dança e Teatro, onde o mundo é repleto de símbolos e significados que possibilita grandes descobertas nesta fase da infância. A arte possibilita o desenvolvimento de atitudes essenciais para o indivíduo como o senso crítico, a sensibilidade e a criatividade. A arte faz parte da vida da criança como instrumento de leitura do mundo e de si mesma.

As crianças se encontram na fase do pensamento concreto e faz uso de seus sentidos para enriquecer suas experiências. Os projetos de arte desenvolvidos pela escola objetiva trabalhar as diferentes linguagens artísticas e oferecer oportunidades para explorar a música, a dança e o teatro.

Atualmente a tecnologia é o campo mais fascinante desde as crianças até os mais experientes. Nesse sentido, proporcionar o acesso à informática, ensinar utilizando os recursos tecnológicos se torna mais atraente, estimula a aprendizagem, por isto a escola também desenvolve o “Projeto Informática” como objetivo de proporcionar conhecimentos nesta área a toda comunidade da Escola Municipal de Educação Infantil e Ens. Fundamental Professora Catarina de Sousa Maia. Visto que a maioria dos alunos do ensino fundamental I (4º e 5º anos) da referida instituição de ensino não disponibiliza de conhecimentos adequados para o manuseio de computador, inviabilizando o contato com a informática, uma vez que no século XXI é imprescindível o uso de tal tecnologia.

A Escola Catarina de Sousa Maia foi contemplada com o Programa Mais Educação em Outubro de 2012, o mesmo oferece oficinas de Danças, Capoeira,

Rádio Escola, Handebol, Percussão e Letramento, visando atender as crianças que estão com baixo rendimento escolar.

Dentro desse contexto pode-se observar que os sujeitos que compõem a escola trabalham coletivamente, cooperando e participando dos interesses que envolvem toda a comunidade escolar com o objetivo de proporcionar melhores condições para o processo de ensino/aprendizagem e para o bom andamento da instituição escolar.

No que se refere à participação da comunidade entorno da escola ainda encontra-se resistência por parte da mesma em participar da organização geral da escola. Porém pode-se dizer que esse é um processo que vai ocorrendo gradativamente e hoje já existe certa participação dessa clientela nas instituições de ensino acima citado.

A intervenção foi realizada no 1º ano, que faz parte do Ciclo de Alfabetização, e as minhas aulas foram planejadas com base nas observações realizadas na turma, na sequência didática e nos conteúdos propostos pela professora, cujo objetivo foi proporcionar às crianças momentos atrativos e atividades diversificadas, onde as crianças sentisse prazer em aprender. Contudo, em virtude de a turma ser numerosa e agitada, o meu trabalho como professora foi um pouco dificultado, mas criei estratégias para que as crianças se sentissem motivados e participassem efetivamente dos momentos de brincadeiras e aprendizagens.

Durante a intervenção, senti a necessidade de se trabalhar atividades lúdicas com mais frequência, pois elas quando bem administradas trazem diversos benefícios às crianças, visto que propicia um ambiente acolhedor, prazeroso, podendo incentivar a autoestima da criança e a relação interpessoal, respectivamente, conforme defende o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil - RCNEI (1998-2000).

Desta forma trabalhei com vídeos, músicas, jogos diversificados, utilizei vários recursos tecnológicos, sempre motivando as crianças para o processo de aprendizagem e tornando as aulas produtivas. O resultado final aponta para uma recepção e construção de aprendizagem por parte das crianças significativas. E, em virtude disto, posso dizer que o trabalho foi satisfatório quanto ao processo de intervenção, pois alcancei os objetivos propostos e devido a turma apresentar comportamento difícil, consegui desenvolver todas as aulas e obter êxito.

CAPÍTULO II – UM OLHAR ESPECÍFICO PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL

2.1 Breve histórico

A escola de educação infantil como conhecemos hoje é uma instituição que atende as necessidades da pós-modernidade, visto que se comparada com o tratamento dispensado às crianças em épocas passadas, quando elas conviviam nos grupos de adultos e com eles aprendiam a se tornar membros destes grupos. Vale ressaltar, também, que a criança era tratada, muitas vezes, como adulto em miniatura sem que houvesse a consciência de que a infância se configura em uma fase diferente e delicada da vida dos pequenos, exigindo cuidados, atenção, proteção e muito carinho para com esse momento especial.

Sobre isso esses aspectos, (ARIÈS, citado por ROCHA [2006], p.55) afirma que:

Os adultos se relacionam com crianças sem discriminações, falavam vulgaridades, realizavam brincadeiras grosseiras, todos os tipos de assuntos eram discutidos na sua frente, inclusive a participação em jogos sexuais. Isto ocorria por que não acreditavam na existência da inocência pueril, ou na diferença de características entre adultos e crianças [...] no mundo das formulas românticas, até o século XIII, não existem crianças caracterizadas por uma expressão particular, e sim homens em tamanho reduzido.

Com base na assertiva acima, pode-se dizer que a infância não era valorizada, ou ainda não era dada devida importância e os cuidados que essa fase da vida deve ter. Nesse sentido, os adultos tiravam da criança o direito de ser criança, de viver as experiências mágicas do mundo encantado da inocência, da brincadeira, da fantasia e da inventividade.

A perda da infância em tempos remotos pode ser constatada em imagens artísticas, sobretudo na pintura e escultura, pois são poucas as representações da infância. A representação que é feita da criança através da arte e, quase sempre, de um adulto de pequena dimensão estatual. Isso fica visível nos traços e expressões corporais, bem como nas vestimentas que lembram um adulto em estatura reduzida.

Refletindo sobre essa inserção da criança no mundo dos adultos, (ARIÈS, 2006, p.9) lembra que “de criancinha pequena, ela se transformava imediatamente

em homem jovem, sem passar pelas etapas da juventude, que talvez fossem praticadas antes da Idade Média e que se tornaram aspectos essenciais das sociedades evoluídas de hoje”.

No que se refere ao ensino, era conferida às crianças uma transferência de informação e valores, como modos pensar e agir, uma espécie de socialização onde a mesma era submetida aos ensinamentos de jovens e adultos mais experientes, cuja finalidade era apenas de inseri-las de forma rápida e precoce no mundo dos adultos.

Nesse aspecto, era conferido aos adultos inserir a criança em seu mundo e direcioná-la de acordo com seus costumes e valores. Dessa forma, a criança era considerada uma caixa vazia, preenchida pelas ideias do mundo adulto. De acordo com (CALDEIRA, 2008, p.3) “no lugar de procurar entender e aceitar as diferenças e semelhanças das crianças, a originalidade de seu pensamento, pensava-se nelas como páginas em branco a serem preenchidas preparadas para a vida adulta”.

Diante desse sentimento deturpado de infância surge uma nova visão pautada nos sentimentos de amor e carinho pela criança com o decorrer do tempo. Assim, junto com esses sentimentos vem à preocupação com a mortalidade infantil e mais tarde com sua educação escolar. Sobre isso Kramer (1987, p. 18) que:

O sentimento moderno de infância corresponde a duas atitudes contraditórias que caracterizam o comportamento dos adultos até hoje: uma considera a criança ingênua, inocente graciosa e é pela “paparicação” dos adultos, e outra surge simultaneamente à primeira, mas se contrapõe a ela tomando a criança como um ser imperfeito e incompleto, que necessita da ‘moralização’ e da educação feita pelos adultos.

A partir do século XVIII e XIX com a eclosão da revolução industrial a escola começa dar a impressão de que iria mudar o futuro das crianças, entretanto, essa mudança tinha um único objetivo preparar a criança para a industrialização que se iniciava. Em função disso, a escola visava uma educação moral e cívica, com base em preceitos religiosos e patriotas.

A partir do século XX, a escola passa a dar maior atenção às crianças. Contudo, ainda se estabelece um modelo de instituição educacional que se voltava muito para o ensino profissional. Para (MEYER, citado por REDIN, 1998, p.18).

A escola não é um modo de formação entre outro, ela é concebida no conjunto como o primeiro, e finalmente como único. Seus horários ocupam todos os dias das crianças, seus programas adiantam seus conhecimentos indiretos em detrimento da experiência, restrita ao ensino profissional, sua disciplina refine um saber-ser-criança feito de passividade, de obediência sega numa pedagogia de intimidação.

Nesse contexto surge um novo pensamento pautado em mudanças socioeconômicas e culturais, pois, de acordo com Bujes (apud CRAIDY EKAERCHER, 2001), as creches e pré-escolas surgiram depois das escolas, quando se percebeu que o aluno em idade pré-escolar carecia de atenção e consideração diferentes.

As creches e pré-escolas surgem a partir de mudanças econômicas, políticas e sociais que ocorrem na sociedade: pela incorporação das mulheres à força de trabalho assalariado, na organização das famílias, num novo papel da mulher, numa nova relação entre os sexos, para citar as mais evidentes. Mas, também, por razões que se identificam com um conjunto de ideias novas a infância, sobre o papel da criança na sociedade e de como torná-la, através da educação, um indivíduo produtivo e ajustado às exigências desse conjunto social (BUJES apud CRAIDY E KAERCHNER, 1998, p. 11).

Dessa forma, ao longo do tempo o tratamento dado às crianças tem variado de acordo com a época, a cultura e a formação das diversas camadas sociais vigentes. Nessa conjectura social não podemos esquecer que Pestalozzi (1746 – 1827) propôs modificações significativas na forma de ensino, criou orfanatos para crianças pobres e defendeu um tratamento mais amoroso para as crianças. Porém, o pensamento de Pestalozzi ainda era pautado na disciplina para um melhor desenvolvimento do caráter infantil.

Outros teóricos também se preocuparam em estudar essa fase tão especial da vida, entre eles estão Jean Piaget (1896 – 1934) que propôs uma escola ativa em que a criança falasse, questionasse e não ficasse apenas calada. Semenovich Vygotsky (1896 – 1980) também se envolveu com a infância e procurou, através de pesquisas, compreender o comportamento humano. Para Vygotsky (1991, p.15), “desenvolvimento e aprendizagem são processos interativos”. Isso implica dizer que a criança se desenvolve e constrói os saberes durante os processos de interação com o outro.

Por outro lado, o pensador americano John Dewey (1859 – 1952) estabeleceu o primeiro ideal pedagógico afirmando que o ensino deveria ser pela a ação. Partindo desse pressuposto, pode-se inferir que muitas escolas da chamada pós-modernidade ou contemporaneidade adota esse modelo de ensino quando desenvolve atividades em que o aluno participa ativamente, refletindo e atuando na construção da aprendizagem.

No Brasil, a educação infantil iniciou-se a partir do final do século XIX com fins puramente assistencialistas. Mas, com o advento das creches, e depois de inúmeros debates, paulatinamente, passou-se a escola de educação infantil como um espaço do saber e, sobretudo, do brincar e educar.

A constituição de 1988 veio garantir que crianças de 0 a 5 anos frequentassem creches e pré-escolas. Essa garantia foi regulamentada pela Lei Federal 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que defende o seguinte:

Art. 29. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

Art. 30. A educação infantil será oferecida em:

I - creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade;

II - pré-escolas, para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

Nesse contexto, observamos que as leis que garantem o acesso e permanência da criança em creches e pré-escolas, visam desenvolver suas aptidões infantis e promover o acesso mais amplo da realidade em que elas estão inseridas.

2.2 A educação infantil à luz da legislação

Sabe-se que a fase da educação infantil é o início da Vida escolar da criança e é aí que nos deparamos com os termos educar e cuidar que estão presentes em todas as atividades relacionadas ao atendimento das crianças no contexto escolar.

Tiriba (2005, p. 66) defende que o educar e o cuidar são ações que estão profundamente relacionadas, e isso pode ser comprovado, contudo, segundo o autor “nos textos acadêmicos, nas propostas pedagógicas, nas práticas, assim como nas

falas das profissionais de creches, muitas vezes, mais que integração, o binômio expressa dicotomia”. Todavia, não se pode negar que essa dicotomia tem passado, nos últimos anos, por processo de reflexão sobre as funções que cabem à creche e à pré-escola.

Nesse sentido, Carvalho (2005, p. 72), compreende essa mudança quando afirma que:

Na atualidade, a dicotomização entre “cuidar e educar” começa a ser revista, devido à necessidade de se promover um trabalho conjunto entre as creches (que se caracterizavam mais pelo cuidar) e as pré-escolas (que se caracterizavam mais pelo ensinar), pois, em síntese, ambas devem “cuidar e educar”.

Como se pode perceber, nessa fase escolar da criança, o cuidar e o educar caminham juntos, uma não pode ser dissociada da outra, haja vista que a criança precisa ter direito à proteção e à educação em qualquer fase de sua vida.

Para o Referencial Curricular para a Educação Infantil – RCNEI (1998, p. 23) é preciso, antes de tudo:

Propiciar situações de cuidado, brincadeiras e aprendizagens orientadas de forma integrada e que possam contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal, de ser e estar com os outros em uma atitude básica de aceitação, respeito e confiança, e o acesso, pelas crianças, aos conhecimentos mais amplos da realidade social e cultural.

Dessa forma podemos perceber que educar e cuidar faz parte da relação entre a criança e o educador no desenvolvimento das capacidades infantil, havendo uma relação interpessoal entre ambos. De acordo com Cabral (2005, p.61), a Constituição Federal, o Estatuto da Criança e do Adolescente e a própria LDB determinam que:

A criança deve ser vista como sujeito de direitos e, assim, ela passa a ser reconhecida como cidadã em desenvolvimento, requerendo, então, uma atenção individualizada. Segundo esse preceito constitucional, lhe é assegurado, o acesso a uma Educação Infantil de qualidade que contribua para seu desenvolvimento efetivo.

Neste aspecto, a legislação evidencia o entendimento de que a criança pequena precisa ser vista como cidadã de plenos direitos, com garantia de acesso a uma Educação Infantil de qualidade e de dar continuação de seus estudos no futuro.

Em relação aos avanços educacionais concernentes à educação infantil, Oliveira (2002 p. 38), reconhecer que a LDB tem contribuído muito com esses avanços:

[...] podemos identificar os avanços obtidos na Política Nacional de Educação Infantil a partir da legislação vigente em quatro áreas principais: Desenvolvimento de projetos curriculares; Formação do profissional de Educação Infantil; Organização político-pedagógica das redes de ensino e levantamento e caracterização das instituições que atuam com a criança de 0 a 6 anos.

Embora já tenhamos obtidos aquisições expressivas no que se refere ao atendimento e a qualidade da educação infantil, especialmente depois de promulgada a Constituição de 1988, ainda existe uma grande distância entre a legislação e a realidade presentes entre as creches e pré-escolas, comprovando assim duas realidades: a ideal e a real. Sobre esse aspecto. A respeito da legislação e a realidade de ensino no país, Cabral (2005, 27) enfatiza que:

[...] o divórcio entre a legislação e a realidade, no Brasil, não é de hoje. Nossa tradição cultural e política sempre foi marcada por essa distância e, até mesmo, pela oposição entre aquilo que gostamos de colocar no papel e o que de fato fazemos na realidade.

Mesmo assim, pode-se dizer que apesar de ainda precisar melhorar bastante a educação infantil no Brasil e diminuir a distância entre o que diz a legislação e a prática posta em sala de aula, já podemos comemorar muitos avanços nesse campo, pois o país teve seus méritos na melhoria e no crescimento da educação infantil atual e isso se comprova através dos instrumentos que avaliam a qualidade do ensino público no Brasil.

CAPÍTULO III – A IMPORTÂNCIA DA MÚSICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

A música, como forma de expressão artística, está presente na vida das pessoas de modo incontestável. Na vida das crianças a música se faz presente ainda no ventre materno e se perpetua ao longo da infância, fazendo parte do cotidiano dos pequenos por meio das brincadeiras. Sobre esse aspecto, Nogueira (2006) entende que os brinquedos musicais fazem parte da vida da criança desde muito cedo – é por meio dos acalantos, das parlendas, dos brinquedos ritmados entre mãe e bebê, que se estabelecem os primeiros conhecimentos lúdico-musicais da vida humana.

Nessa perspectiva, as crianças vão estabelecendo regras, relações sociais e aprendizagens diversas quando entra em contato com o universo musical. Essas relações ocorrem através de brincadeiras dinâmicas e diversificadas que vão ampliando os referenciais auditivos das crianças, num processo sempre crescente até chegar à fase adulta.

Faz-se necessário enfatizar que ouvir música, aprender uma canção, brincadeira de roda, realizar brinquedos rítmicos, são atividades que despertam, estimulam e desenvolvem o gosto pela atividade musical, além de propiciar a experiência de elementos estruturais dessa linguagem. Contudo, quando se trata de trabalhar a música na sala de aula, sobretudo com crianças da educação infantil, há de se ter o cuidado para que essa atividade aconteça de forma contextualizada com o universo infantil, visto que além de desenvolver a sensibilidade musical ela pode colaborar no desenvolvimento de outras potencialidades da criança, como a socialização, a capacidade de concentração, o ouvir e falar, bem como a harmonia pessoal.

Assim, a importância da inclusão musical na educação infantil também está baseada na própria Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional (Lei nº 9394/96) quando delibera que a finalidade da educação infantil está relacionada ao desenvolvimento integral da criança e que dessa forma, a música adota um papel fundamental no processo de desenvolvimento infantil em seus múltiplos aspectos.

Para Oliveira et al (1998) as crianças, mesmo antes de aprenderem a falar, elas já são capazes de se expressarem através de movimentos, sons e ritmos. Sendo assim:

Quando a criança escuta uma música, ela se concentra e tende a acompanhá-la, cantando e fazendo movimentos com o corpo. Isso desenvolve o senso do ritmo nos pequeninos. Aprendendo a ouvir, a criança pode repetir uma música, recriando-a. É importante que nós, educadores, valorizemos o ato de criação da criança, para que ele seja significativo no seu contexto de desenvolvimento. (OLIVEIRA et al, 1998, p. 104).

Para as autoras, ao nascerem às crianças já entram em contato com os sons ao seu redor. Elas entram em contato com a música através das cantigas de ninar da mãe e até mesmos dos aparelhos sonoros que existe em sua casa. Assim, a afinidade com a música se torna uma atividade indissociável da vida da criança.

O RCNEI - Referencial Curricular Nacional Para a Educação Infantil (BRASIL, 1998) destaca a importância de se trabalhar na pré-escola com atividades que envolvam música, por ser este um fantástico meio para o desenvolvimento da expressão, do equilíbrio e da autoestima das crianças. Para o referido Documento Nacional:

Ouvir música, aprender uma canção, brincar de roda, realizar brinquedos rítmicos, jogos de mão, são atividades que despertam, estimulam e desenvolvem o gosto pela atividade musical, além de atenderem às necessidades de expressão que passam pela esfera afetiva, estética e cognitiva. (BRASIL, 1998).

Nesse sentido, a música colabora no desenvolvimento da criança quando ela experimenta sensações de alegria e de tristeza revelados através da manipulação dos objetos musicais. Desta forma, é possível estimular a criança a perceber as inúmeras sensações que são inerentes à vida do ser humano.

Refletindo sobre os benefícios da música para a formação da criança, Forquin e Gagnard asseguram que:

A música é um inestimável benefício para a formação, o desenvolvimento, o equilíbrio da personalidade da criança e do adolescente; o acesso à música constitui-se nas possibilidades de criar, de interpretar ou de ouvir, que podem ser estimuladas, desenvolvidas e educadas. (FORQUIN e GAGNARD, 1982 apud NICOLAU, 1997, p. 251).

Partindo desse pressuposto, pode inferir que a música, quando ensinada com base na formação da personalidade do indivíduo, possibilita os processos de criação e interpretação sobre as coisas, a vida, o outro e de si mesmo. De acordo com

Jeandot (1993) o objetivo do ensino da música não está na difusão de técnicas, mas no aumento do gosto pela música e da capacidade para captar a linguagem musical além de expressar-se através dela, permitindo assim, o acesso do educando a um imenso patrimônio musical que a humanidade vem construindo.

A utilização da música em sala de aula pode tornar o ambiente escolar prazeroso e obter bons resultados, pois ela tem a função de relaxar e ajudar na concentração no decorrer das atividades escolares, além disso, estimula a criança a novas descobertas sensoriais.

Durante o Estágio Supervisionada na Educação Infantil foi possível perceber que o trabalho com a música ainda é pouco contemplado na sala de aula da escola campo de estágio, e quando é feita qualquer atividade que envolva a música fica patente que não houve um planejamento, isto é, o trabalho com a música é feito de forma descontextualizada, sem objetivos prévios.

Diante disso, percebeu-se a necessidade de trabalhar a música com as crianças de forma planejada e elaborada, que atendesse às necessidades e o conhecimento prévio dos pequeninos. Para isto, foi desenvolvido um Projeto interdisciplinar envolvendo a música, cujas atividades visam contemplar as diversas áreas do conhecimento, tendo como eixo temático e específico a música, elaborado segundo as orientações do RCNEI, (1988) a proposta motivou à participação das crianças, que ouviram, cantaram e fizeram suas inferências.

Sabe-se que a música no contexto de educação infantil vem, ao longo de sua história, atendendo a vários objetivos, alguns dos quais alheios às questões próprias dessa linguagem. Tem sido em muitos casos, suporte para atender a vários propósitos, como a formação de hábitos, atitudes e comportamentos. Contudo, o trabalho com essa arte vai além desses dogmas. É preciso compreender que essas questões são ensinadas naturalmente sem haja um direcionamento único e exclusivo para ensinar e doutrinar as crianças, causando, muitas vezes, o medo e o terror.

A música está presente em diversas situações da vida humana. Nesses contextos, as crianças entram em contato com a cultura musical desde muito cedo e assim começam a aprender suas tradições musicais. De acordo com o RCNEI (2002, p. 45) a música é a linguagem que se traduz em formas sonoras capazes de expressar e comunicar sensações, sentimentos e pensamentos. Com base nessa

compreensão foi desenvolvido o Projeto “Aprendendo com a música” com as crianças da Educação Infantil da Escola Municipal Celso Mariz, em Catolé do Rocha no período de 14 a 21 de maio de 2013. Desenvolvi atividades diversificadas, de forma interdisciplinar, utilizando algumas músicas, tais como: Um, dois, três indiozinhos, Melô dos animais, Jesus é Bom, Pra Jesus Louvar; por acreditar que é através da linguagem musical que a criança desenvolve suas habilidades, expressão, equilíbrio, autoestima, autoconhecimento e a integração social. As crianças da turma onde foi feita a intervenção estão todas na faixa etária de quatro (4) anos, sendo quinze (15) meninos e sete (07) meninas.

Tendo por base o estudo de Bréscia (2003), pondera que:

A musicalização é um processo de construção do conhecimento, que tem como objetivo despertar e desenvolver o gosto musical, favorecendo o desenvolvimento da sensibilidade, criatividade, senso rítmico, do prazer de ouvir música, da imaginação, memória, concentração, atenção, autodisciplina, do respeito ao próximo, da socialização e afetividade, também contribuindo para uma efetiva consciência corporal e de movimentação. As atividades de musicalização permitem que a criança conheça melhor a si mesma, desenvolvendo sua noção de esquema corporal, e também permitem a comunicação com o outro. (BRÉSCIA, 2003, p.25)

Diante do exposto, podemos dizer que o contato intuitivo e espontâneo com a expressão musical desde os primeiros anos de vida é importante ponto de partida para o processo de musicalização, pois a criança começa a partir daí construir o seu conhecimento através dos seguintes hábitos em sala de aula: ouvindo músicas, aprendendo uma canção e com elas realizar brincadeiras, atividades corporais, de concentração, de respeito, de criatividade. Ações estas que despertam, estimulam e desenvolvem o gosto pela atividade musical, além de atenderem a necessidades de expressão que passam pela esfera afetiva, estética e cognitiva.

Então, entendemos que a música é tida como linguagem e forma de conhecimento, integrando experiências que envolva a vivência, a percepção e a reflexão, e assim a criança irá desde cedo aprender de forma lúdica com a música, tendo prazer, gosto em realizar suas atividades educativas, em sala de aula e, portanto ter a escola como lugar prazeroso, alegre.

A prática de intervenção é uma etapa de fundamental importância no estágio, pois as atividades desenvolvidas neste período contribuem de forma sistemática tanto para o professor como para os alunos. Não é suficiente que os professores sejam responsáveis e comprometidos, é necessário que os mesmos estejam em constante busca, a fim de aperfeiçoarem seus conhecimentos e buscar a inovação da sua prática pedagógica.

As intervenções são os momentos em que o professor se autoavalia, refletindo sobre sua prática de ensino e também o “replanejamento”, a fim de propiciar aos alunos novos subsídios para que haja uma boa aprendizagem.

A partir dessa visão a intervenções pedagógica durante o estágio supervisionado teve o intuito de proporcionar as crianças atividades que envolvessem a música, compreendendo que as crianças podem aprender de forma prazerosa a ter uma visão de mundo, tornando assim, o ensino e aprendizagem mais significativos.

Sendo assim, o RCNEI (BRASIL, 1998) lembra que cabe ao professor da educação infantil proporcionar às crianças momentos de roda de conversa, que possam desenvolver nelas a confiança, afetividade, interação e que elas aprendam o respeito mútuo e desenvolvam com frequência as atividades lúdicas, pois elas, quando bem administradas, trazem diversos benefícios às crianças, e que propicie a elas um ambiente acolhedor, prazeroso, podendo incentivar a sua autoestima e a relação interpessoal, respectivamente.

Em muitas circunstâncias o convívio social com a música, a criança já chega à escola com algum conhecimento musical. Em relação a isso o RCNEI explica que:

O ambiente sonoro, assim como presença da música em diferentes e variadas situações do cotidiano fazem com que os bebês, e crianças iniciem seu processo de musicalização de forma intuitiva. Adultos cantam melodias curtas, cantigas de ninar, fazem brincadeiras cantadas, com rimas parlendas, reconhecendo o fascínio que tais jogos exercem. (BRASIL, 1998. p.51)

Podemos dizer que ao trabalhar a música na escola, não podemos deixar de considerar os conhecimentos de mundo que a criança já tem sobre a música e cabe ao professor utilizar isso como ponto de partida, estimulando a criança a mostrar o que ela já sabe ou conhece sobre a música. Assim, o professor deve ter uma

postura de aceitação referente os conhecimentos prévios que a crianças já traz de casa.

Desta forma, possível compreender o desafio que incide tanto sobre os profissionais da educação infantil quanto aos seus formadores, que precisam atualizar-se continuamente no que diz respeito às tendências e práticas da sociedade moderna. Vale ressaltar, portanto que trabalhar com a criança de Educação infantil requer muito mais que cuidados, exige, sobretudo, um trabalho voltado para a formação integral da criança. Para isto, é possível rever paradigmas e adotas estratégias de ensino que valorizem e atendam as necessidades da criança nos aspectos afetivos, social, motor e cognitivo, entre outros e, nesse sentido, a música emerge como instrumento de trabalho que favorece o desenvolvimento das sensações e da aprendizagem da criança.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho aqui desenvolvido prende-se ao momento educativo, onde toda a prática educacional é considerada válida desde que contribua para o desenvolvimento das habilidades afetivas, cognitiva, social e cidadã dos indivíduos. Nesse sentido, entendemos que ensinar é muito mais que repassar conteúdos e informações, é, sobretudo, um processo que visa à construção de ideias e saberes significativos para quem se dispõe a aprender.

Pode-se dizer que o Estágio Supervisionado proporcionou essa compreensão, uma vez que quando nos colocamos numa posição diferenciada daquela que exercemos, é possível perceber nossas falhas e, conseqüentemente, uma autor reflexão sobre as práticas pedagógicas desenvolvidas nos diversos segmentos de ensino.

Assim, foi no campo de Estágio Supervisionado II, especificamente da educação Infantil, que nos socializamos com uma nova vivência no âmbito educacional, promovendo momentos de reflexão como também de ação, na perspectiva de interagir e redimensionar as teorias adquiridas ao longo do curso de Pedagogia para a prática pedagógica, dialogando com os saberes, as experiências, as expectativas e as necessidades dos alunos.

No que tange os primeiros anos escolares da criança, foi possível compreender que a escola é responsável por oferecer uma educação que vise a socialização, o desenvolvimento motor e cognitivo das crianças, uma vez que a Educação Infantil tem como objetivo proporcionar o desenvolvimento integral da criança de 0 (zero) a 5 (cinco) anos em todos os seus aspectos.

Nesse contexto, constatou-se no decorrer da pesquisa que o profissional que atua nesse segmento de ensino é o principal responsável para que esse objetivo seja alcançado, ou seja, cabe ao professor (a) observar, fazer registro e criar situações que estimulem o desenvolvimento da criança, mediando para que seu desenvolvimento ocorra de forma integral.

Nessa perspectiva desenvolveu-se um trabalho utilizando a música como um recurso que propicia, promove e mantém o desenvolvimento individual de cada aluno, podendo ser utilizada diretamente no processo ensino-aprendizagem. Além de ter também uma grande importância na aprendizagem e na socialização da criança.

Portanto, observou-se no decorrer do estágio que a música torna-se um elemento condutor da aprendizagem, fundamental no desenvolvimento cognitivo, afetivo e da psicomotricidade do educando, bem como também desperta o interesse pela descoberta dos movimentos corporais e a sensibilidade para o mundo dos sons.

REFERÊNCIAS

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2006.

BITTAR, Mariluce; et al. Formulação e implementação da política de Educação Infantil no Brasil. In: RUSSEF, Ivan; BITTAR, Mariluce. (orgs.). **Educação Infantil política, formação e prática docente**. Campo Grande: Editora UCDB, 2004.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei 9.394/96. Dezembro, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília MEC/SEF, 1998.

CABRAL, Ana Carla Ferreira Carvalhal. **Formação de Professores para a Educação Infantil**: um estudo realizado em um Curso Normal Superior. 2005. Dissertação (mestrado em educação). Universidade Católica de Minas Gerais. Disponível<[HTTP://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/Pesquisa/Obra](http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/Pesquisa/Obra). Acesso em: 17 de jun.2014

CALDEIRA, Laura Bianca. **O conceito de infância no decorrer da história**.Disponível em: http://www.diaadiaeducação.pr.gov.br/diaadia/diaadia/arquivos/File/conteudo/.../o_conceito_de_infância_no_decorrer_da_história.pdf. Acesso em:18/06/2014.

CARVALHO, Denise Maria de; CARVALHO, Tânia Câmara Araújo de. **Educação Infantil: História, Contemporaneidade e Formação de Professores**.Disponível em<<http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe2/pdfs/Tema3/3117.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2014.

CRAIDY, Carmem Maria. A educação da criança de 0 a 6 anos: o embate assistência e educação na conjuntura nacional e internacional. In: MACHADO, Maria. (org.). **Encontros e desencontros em Educação Infantil**. São Paulo: Editora Cortez, 2002.

KRAMER, Sonia. **A política do pré-escolar no Brasil**: a arte do disfarce. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Dois Pontos, 1987.

_____. (org.). **Com a Pré- Escola nas Mãos**: Uma alternativa curricular para a Educação Infantil. 6. Ed. São Paulo: Editora Ática, 1993.

_____. **Formação de profissionais de educação infantil: questões e tensões**. In: MACHADO, Maria. (org.). In: Encontros e desencontros em Educação Infantil. São Paulo: Editora Cortez, 2002.

NICOLAU, M. L. M. **A educação pré-escolar: fundamentos e didática.** 9ª ed. São Paulo: Ática, 1997.

NOGUEIRA, M. A. **Música e educação infantil: possibilidades de trabalho na perspectiva de uma pedagogia da infância.** Disponível em: <<http://www.anped.org.br/28/textos/gt07/gt07213int.rtf>>. Acesso em: 23 jun. 2014

OLIVEIRA, M. de S. L.; BERNARDES, M. J.; RODRIGUEZ, M. A. M. A música na creche. In: ROSSETI-FERREIRA, M. C. et al (Orgs.). **Os fazeres na educação infantil.** São Paulo: Cortez, 1998

OLIVEIRA, Stela Maris Lagos. A legislação e as políticas nacionais para a Educação Infantil: avanços, vazios e desvios. In: MACHADO, Maria Lúcia de A. (Org.). **Encontros e desencontros em Educação Infantil.** São Paulo, Cortez, 2002.

OLIVEIRA, Zilma Ramos de. **Educação Infantil: fundamentos e métodos.** São Paulo: Editora Cortez, 2002.

REDIN, Euclides. **O espaço e o tempo da criança: se der tempo a gente brinca.** Porto Alegre: Editora Mediação, 1998.

RODRIGUES, M. **Psicologia educacional - uma crônica do desenvolvimento humano.** São Paulo:McGRAW-HILL, 1976.

SOUZA, Laura Leyde. **O lúdico: aprender brincando na educação infantil** Disponível em: [http://artigos.netsaber.com.br/resumo_artigo_22229/brincando na educação infantil](http://artigos.netsaber.com.br/resumo_artigo_22229/brincando_na_educacao_infantil). Net saber ARTIGOS. 83o_infantil>. Acesso em: 25 jun. 2014

TIRIBA, Léa. Educar e Cuidar: buscando a teoria para os discursos e as práticas. In. KRAMER, Sonia (org.). **Profissionais de Educação Infantil: Gestão e Formação.** Ed. São Paulo: Editora Ática, 2005.

VYGOTSKY, Lev. **A formação social da mente.** 4. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.